

“A MULHER DIVIDE A CLASSE”: uma questão já superada?

Deise Recoaro¹ 

RESUMO

Proponho com este ensaio, refletir sobre a situação da mulher na sociedade de classes, a partir da abordagem marxista de Heleith Saffioti e suas implicações na vida, no trabalho e no movimento sindical. Ao longo da minha experiência sindical, observei que as demandas específicas das mulheres foram secundarizadas sob a acusação de que elas dividem a classe trabalhadora. Com base em revisão bibliográfica, procuro destacar a necessidade de quebrar o silêncio e considerar a relação coextensiva entre classe e gênero para uma análise mais abrangente da sociedade. Concluo a partir das minhas experiências e leituras que fiz, que as mulheres bem ou mal estão presentes nas organizações sindicais, resistindo e prosperando, apesar da hostilidade marcada por um ambiente altamente masculinizado.

Palavras-chave: Mulher, Classe Social, Trabalho, Sindicatos, Gênero.

“WOMAN DIVIDES THE CLASS”: an issue already overcome?

ABSTRACT

With this essay, I propose to reflect about women in class society, based on the Marxist approach of Heleith Saffioti and its implications for life, work and the union movement. Throughout my trade union experience, I have observed that women's specific demands have been sidelined under the accusation that they divide the working class. Based on a bibliographic review, I try to highlight the need to break the silence and consider the coextensive relationship between class and gender for a more comprehensive analysis of society. I conclude from my experiences and readings that I have done, that women, good or bad, are present in union organizations, resisting and prospering, despite the hostility marked by a highly masculinized environment.

Keywords: Woman; Social Class; Work; Unions, Gender.

¹ Universidade de Coimbra

Autor Correspondente: Deise Recoaro

E-mail: deise.recoaro@gmail.com

Recebido em 11 de Abril de 2023 | Aceito em 28 de Julho de 2023.

INTRODUÇÃO

Ao longo da minha militância nos movimentos sociais e partidários de esquerda, em diferentes momentos sempre ouvi de lideranças (especialmente masculinas, mas também algumas femininas) que o debate e as demandas específicas das mulheres dividem a classe trabalhadora. Que ao lutarem juntos, homens e mulheres, pela superação da exploração capitalista e opressão de classe, automaticamente os problemas “específicos” das mulheres seriam superados e todos desfrutariam de uma sociedade justa e igualitária. Enfim, considerando desde o nascimento da sociedade capitalista e a formação de classes sociais, essa profecia nunca se realizou em qualquer lugar do mundo, nem mesmo nos países de regime socialista.

Portanto, é preciso continuarmos refletindo sobre a condição da mulher na sociedade de classe, pois isso nos remete a outras formas de dominação e exploração que terão impactos negativos não somente para as mulheres (que já são metade da humanidade), mas, e especialmente, para a classe trabalhadora como um todo e suas futuras gerações.

O tema das desigualdades de classe tem sido bastante explorado pela sociologia, porém o tópico de gênero tem sido negligenciado pela grande maioria dos estudiosos, salvo raras exceções, como Rosemary Crompton e Michael Mann (1994) relatam na introdução do livro “Gender and Stratification”. Para Helena Hirata e Daniele Kergoat (1994), as feministas vão quebrar esse silêncio ao introduzirem as relações sociais de sexo e gênero para repensar o conceito de classes sociais. Para as autoras, as relações de classes e as relações de gênero são “coextensivas”, ou seja, elas se sobrepõem e devem ser analisadas conjuntamente.

Este ensaio é fruto de um trabalho de final de curso voltado para a unidade curricular “Análise de Classes e Transformação Social”, oferecida no curso de doutorado em Relações do Trabalho, Desigualdade Social e Sindicalismo², ministrado pelo Professor Elísio Estanque. Pretendo, a partir do estudo de Heleieth Saffioti e da bibliografia vista em sala de aula, chamar a atenção para a seguinte questão: se para a classe trabalhadora como um todo a evolução do sistema capitalista só intensificou a desigualdade e a opressão, seus efeitos são mais perversos sobre as mulheres em geral e pior ainda se considerarmos a raça, a idade, a orientação sexual, a etnia e outras categorias de discriminação social. (Hirata e Kergoat, 1994).

ROMPENDO COM O SILÊNCIO

Heleieth Saffioti utiliza a teoria marxista para analisar o efeito que o produto do trabalho socialmente produzido tem sobre o modo de produção capitalista e as relações de classe social. Na sociedade pré-capitalista, o homem produzia o necessário para sua sobrevivência. Com o aumento da produção e a introdução de novas tecnologias, o homem se viu livre para vender sua força de trabalho, que passou a ser mercadoria e trocada por salário. O excedente desse trabalho, ou melhor, a quantidade de horas trabalhadas a mais, depois de ter pago seu próprio salário, é apropriado pelos donos do meio de produção. Assim, configura-se uma sociedade de classe moldada pela economia, não pelo status como nos antigos feudos. Para que essa nova engrenagem econômica funcione, o indivíduo que vende sua força de trabalho também consome as mercadorias produzidas por ele e por outros trabalhadores e trabalhadoras. Saffioti atribui a condição de “homem livre” para negociar as melhores condições tanto para vender sua força de trabalho quanto para consumir os produtos.

No entanto, essa liberdade se dá de forma diferenciada conforme o sexo e a raça (Saffioti, 2013).

Para Saffioti, foi preciso desnudar os status adquiridos de nobreza ou de servidão da sociedade pré-capitalista para “libertar” os indivíduos de sua condição de subsistência e passar para a condição de produtor e

2 Parte deste texto foi incorporado à tese de doutorado defendida pela autora em junho (2022).

consumidor. No capitalismo, os status atribuídos assumem forma, aparentemente, de status adquiridos através do processo de competição. A aparência física, como sexo e raça, é atribuída para discriminar. Mesmo que a discriminação se dê pela aparência física, é preciso buscar nas relações de produção a explicação para as desigualdades que hierarquizam e valorizam os membros da sociedade. “A perpetuar-se esta tendência o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção.” (Saffioti, 2013: 61)

Quanto ao enquadramento teórico que Saffioti optou, apesar de não fazer referência explícita, acredita-se que a autora está criticando a abordagem weberiana sobre estratificação social. Essa abordagem baseava-se não no conflito ou interesses de classes, mas no status que o capitalismo poderia proporcionar a partir das chances de vida marcadas pela competitividade. Para Saffioti, esses status só servem de justificativa para intensificar a exploração do modo de produção capitalista, pagando salários ainda menores para o trabalho feminino.

Embora seja possível admitir que mesmo no interior de uma classe haja comportamento e pensamentos da outra classe, conforme nota de Saffioti, Elísio Estanque utiliza dos estudos de Wright (1994) para reconhecer que a teoria marxista não foi capaz de perceber as complexidades dessas relações que o mercado impõe, gerando vantagens e desvantagens mesmo no interior de uma mesma classe. Para Estanque, a teoria weberiana ajudou a compreender essas contradições. O autor se utiliza da expressão “weberização do marxismo” para ilustrar essa relação. Ou seja, não se trata de teorias excludentes, e sim complementares (Estanque, 1998).

Para uma parcela das feministas, nem Marx nem Weber deram conta da questão de gênero, pois suas teorias e seus seguidores secundarizaram a questão da mulher na sociedade de classes ou trataram-na como um artefato do conflito (Crompton e Mann, 1986). Algumas questões, como se o trabalho doméstico é ou não parte da classe trabalhadora, se esse trabalho é explorado pelo marido ou pelo patrão, se o trabalho doméstico é ou não fonte de mais-valia, não foram tratadas nas análises de classes desses autores clássicos. Não é possível, assim, ignorar a existência de uma sociedade guiada pelo patriarcado, onde o homem é privilegiado sistematicamente.

Para Saffioti, a força de trabalho como mercadoria é a melhor forma de se medir a integração desse produtor ou produtora na sociedade de classes. Para isso, a autora vai analisar o trabalho feminino, trabalho esse marginalizado, levando assim à marginalização da própria mulher enquanto ser social. Para a autora, a mulher sempre trabalhou ao longo da história pré-capitalista e sempre foi explorada em função do sexo. Porém, teve uma certa inserção na sociedade feudal ou nos burgos, caso fosse casada. Portanto, não é o trabalho em termos abstratos responsável pela degradação da obra feminina. Mulheres e homens são explorados, mas a categoria sexo vai determinar um lugar nessa sociedade, de privilégio ou submissão. Na sociedade de classe, o trabalho gera um valor que não é apropriado por quem executa, seja homem ou mulher. Ou seja, ambos são explorados, porém a parte da mulher é muito menor que a do homem, e isto também não quer dizer que o homem trabalhador se beneficiaria dessa diferença (Saffioti, 2013).

Heleieth também acreditava que o fim da opressão se daria com o socialismo, que a luta era conjunta entre homens e mulheres e atacava o feminismo pequeno-burguês que só se preocupava com os direitos das mulheres e não com o sistema capitalista e a luta de classes (Saffioti, 2013; Jardim Pinto, 2014).

Céli Regina Jardim Pinto, no artigo intitulado “O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)”, ressalva a importância de Saffioti para os estudos feministas no Brasil e no mundo. Porém, ela aponta uma certa contradição de Heleieth Saffioti devido ao alinhamento com o pensamento marxista. Segundo Pinto, Saffioti não se considerava feminista, e essa posição pode ser explicada, em parte, pela influência do contexto político pós 1964 com a ditadura militar no Brasil e da aproximação dos intelectuais brasileiros com o ideal revolucionário do terceiro mundo.

Me arriscaria a fazer aqui um paralelo com a proposta de Goran Therborn sobre os novos parâmetros da política global e as formas de atuação dos atores políticos. Para Therborn, a esquerda clássica foi guiada por um ‘coletivismo irreverente’, com forte inspiração no movimento operário, muito próximo da visão de Saffioti quanto ao papel revolucionário da classe trabalhadora. Apesar de o autor admitir um caráter mais individualista dos movimentos de mulheres ou dos movimentos por direitos humanos, por exemplo, ele vê nessa forma, e com o fim do movimento operário, ‘novas formas de coletivismo moderno’, tão ou mais irreverentes quanto o movimento operário. A ponto de o autor listar como um dos principais êxitos da esquerda dos últimos tempos a expansão do novo movimento feminista, por entender como um dos movimentos mais amplos da esquerda, pois questiona não somente a exploração capitalista, como também a dominação pelo patriarcado (Therborn, 2012).

Penso que aqui temos que nos referir à preocupação levantada por Érik Olin Wright (1994) quanto ao desafio colocado ao marxismo em analisar a classe e a opressão de gênero. Wright nos apresenta duas formas possíveis: a primeira, que penso ser mais próxima de Heleith Saffioti, propõe que a classe seja considerada como a causa mais profunda da opressão de gênero, que nem tudo se explica pela classe, mas que a classe é capaz de explicar as propriedades mais importantes da opressão sexual (Wright, 1994).

Na situação da mulher não se expressa, pois, apenas a contradição que diz respeito a uma igualdade de status jurídico em contraposição com a desigualdade gerada pela divisão da sociedade de classes sociais, mas também pela contradição inerente ao privilegiamento de fato e de direito dos representantes do sexo masculino numa sociedade que se havia instituído em nome da igualdade (pelo menos jurídica) de seus membros (Saffioti, 2013: 108).

A outra análise, considerada alternativa por Wright e, na minha opinião, compartilhada por Hirata e Kergoat, diz que o marxismo deveria reconhecer que os processos relacionados ao gênero sexual se encontram enraizados em mecanismos que interagem com fenômenos sociais específicos. Ou seja, as relações de classes se articulam com as relações de gênero na definição de papéis tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo. As autoras acreditam também que o patriarcado por si só não explica essas diferenças (Hirata e Kergoat, 1994).

Enfim, consideramos que os atores individuais e coletivos são, ao mesmo tempo, produtos e produtores das relações sociais. No estudo desse duplo movimento das relações sociais de gênero e de classe, devem estar integradas por causa de sua indissociabilidade e complementariedade (Hirata e Kergoat, 1994: 96)

Por muito tempo, buscou-se justificar essa subalternidade das mulheres no mercado de trabalho por dois fatores: pelo fator natural e pelo fator social (Saffioti, 2013). O fator natural está relacionado com a função da maternidade, que, por força da biologia, é a mulher quem gera e põe no mundo a prole. Para Saffioti, existe um reconhecimento da sociedade de que essa função biológica da mulher deveria ser socializada, limitada à concessão da licença maternidade. Em compensação, essa mãe arcaria com os custos disso, pois essa ausência impedia uma ascensão na carreira, além de outros impactos na vida profissional. Quanto ao fator social, em complementariedade à “função biológica” da mulher, caberia a ela cuidar para a reprodução da vida de seus filhos e filhas, além de cuidar de toda família e, por isso, se ausentar ainda mais do trabalho produtivo.

Em que pese as diversas interpretações e usos do conceito de gênero, conforme nos alerta Joan Scott (como sinônimo de mulher, como menos ameaçador ou como relação entre os sexos), o uso do gênero para as feministas cumpre um papel para além da compreensão histórica. O estudo de gênero propõe reflexões que levem às mudanças. Há um consenso de que gênero, como categoria de análise relacional entre os sexos, contribui para compreender e transformar a realidade dada. Ou seja, ser homem ou ser mulher consiste numa construção social e não numa determinação biológica ou divina (“porque Deus quis assim”), e, portan-

to, passível de mudança. Portanto, as relações sociais de gênero vão definir o lugar de homens e mulheres na sociedade. Trata-se de um elemento estruturante das discriminações no mercado de trabalho. E outras dimensões, como raça, classe, idade, orientação sexual, potencializam ainda mais as discriminações, moldadas ainda por enquadramentos institucionais ou circunstâncias socioeconômicas. Em outras palavras, o sexo, a cor, a classe e onde esse indivíduo nasceu vão, de certa forma, determinar a posição social dos indivíduos em sociedade (Casaca e Sally, 2012; Souza-Lobo, 2011; Scott, 1994; Hirata e Kergoat, 1994).

Para Souza-Lobo, a origem da discriminação não estava na esfera da produção, mas na articulação com a esfera da reprodução. Ou seja, o mercado de trabalho explicitou uma diferença que estava para além dos muros das fábricas pelo simples fato de ser mulher. Helena Hirata e Daniele Kergoat vão buscar compreender esse fenômeno através da divisão sexual do trabalho, que não se propõe a anular o conceito de classe social, mas introduz novos elementos como patriarcado, sexismo e relações sociais de gênero, que contribuíram para desnaturalizar essa condição de subalternidade da mulher (Crompton e Mann, 1986).

IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO

“As mulheres só serão independentes quando o peso das responsabilidades familiares não condicionar as opções e o controle sobre as suas vidas” (Casaca e Sally,2012)

Essa citação me parece muito forte e expressiva para se pensar o lugar da mulher na sociedade de classes. Como se não bastasse toda exploração vivida no mercado de trabalho produtivo, as mulheres ainda carregam, praticamente sozinhas, o peso do trabalho reprodutivo nas costas. Portanto, para Casaca que se propõe a verificar a situação da mulher idosa no mercado de trabalho, a tão sonhada independência, que passa pela reforma/aposentadoria, deveria se dar não somente pela “desmercadorização” (válida para homens e mulheres), como também pela “desfamiliarização” que ainda recaem com força sobre as mulheres.

Esse modelo assimétrico das relações de gênero, ou da chamada divisão sexual do trabalho, estabelece hierarquia e valores. Além disso, estabelece lugares de homens e mulheres na sociedade, sendo o espaço do homem no produtivo, no público, do trabalho pago e como provedor; e a mulher no espaço reprodutivo, privado, do trabalho não pago e de cuidados. Criam hierarquias e valores que faz, por exemplo, mulheres buscarem empregos para “complementar” o salário do homem, ou formas de trabalho que possam “concluir” com os afazeres domésticos (Casaca e Sally,2012; Hirata e Kergoat, 1994).

Uma das consequências desse tipo de trabalho, além de desvalorizar a mulher no mercado, é de servir de aumento da produtividade econômica, através do subsídio que a produtividade social do trabalho realizado pelas mulheres proporciona às empresas, ou seja, o capital não seria capaz de se reproduzir sem o trabalho invisível, não pago feito pelas mulheres. (Hirata e Kergoat, 1994). Podemos concluir então, que é necessário o reconhecimento do trabalho reprodutivo, como trabalho que gera valor, reconhecimento esse que deve ser traduzido através de políticas públicas e por novos comportamentos do mercado de trabalho e das famílias.

No que se refere ao papel do Estado como promotor da igualdade, Casaca e Sally, percebem através da tipologia alternativa ao de Esping-Andersen, porposta por Jane Lewis, três tipos de Estado-providência, todos guiados pela representação dominante do homem como ganha-pão, em menor ou maior grau (que pode variar conforme a modernidade do Estado). No primeiro modelo esta posição é exclusiva, ou seja, o homem é o responsável pelo ganha-pão, e ponto. No segundo modelo admite uma parcialidade desse ganha-pão do homem. E no terceiro modelo, admite pouco essa responsabilidade de ganha-pão do homem.

Essa representação do homem como o principal responsável pelo sustento da família, vai repercutir nas relações sociais e culturais, e pode variar de uma sociedade para outra conforme a situação econômica do

país. As autoras citam então, seis modelos culturais que oscilam entre o: tradicionalismo (homem provedor / mulher prestadora de cuidados); modelo intermediário (homem provedor / mulher em tempo parcial conciliação trabalho e família); e o modelo pautado na divisão simétrica, como modelo ideal (trabalho pago e não pago, com partilha das responsabilidades).

As atuais relações de trabalho nos levam a crer, que o modelo predominante é o intermediário e que nos faltam muito para alcançarmos uma relação simétrica enquanto modelo cultural. Pois, podemos entender que a “saída” que o mercado de trabalho deu para romper ou amenizar essa assimetria, foi flexibilizar as relações de trabalho como por exemplo com o trabalho temporário, com jornada reduzida ou trabalho em domicílio. Com o crescimento do setor de serviços criar um novo gueto do trabalho feminino.

Ilona Kovacs e Margarida Lopes, ao analisarem os impactos da globalização no mercado de trabalho na frágil situação da juventude, impulsionadas através das tecnologias da informação e comunicação, lança um olhar bastante crítico das “promessas” dos defensores de uma visão técnico-liberal. Essa promessa que a flexibilização promoveria uma maior autonomia e melhora na capacidade de empregabilidade, se traduz hoje, numa sociedade altamente competitiva e com sacrifícios tantos sociais, como ambientais e humanos. O que se observa na prática é que essa reestruturação, permitida pelos avanços da tecnologia da informação e comunicação, gera desemprego precariedade e pobreza. (Kovacs e Lopes, 2012).

O reflexo dessa política de flexibilização das relações de trabalho e o fim do Estado de Bem-Estar Social, está para além da vida ativa de trabalhadores e trabalhadoras. Essa lógica vai permear também na velhice, especialmente de mulheres, que se veem obrigadas a continuar na ativa no mercado de trabalho, além de darem conta do trabalho doméstico. Podemos observar nos estudos mais recentes, como de Sara Casaca (2012), ao analisar a condição das mulheres idosas no mercado de trabalho, os efeitos disso diante das políticas de prolongamento da vida laboral e o Estado de providência.

Casaca e Sally (2012) , nos alertam do contrapondo que as feministas fazem ao conceito de “desmercadorização” trabalhado pelo autor Esping-Andersen, quando ele trata das tipologias do Estado-providência, como pré-requisito da independência dos indivíduos e de consagração da cidadania social. Para as feministas, segundo Casaca e Sally, o autor não considerou a situação das mulheres que se quer estão no mercado de trabalho, ou para aquelas que estão, porém essa “desmercadorização” se deu de forma diferenciada entre homens e mulheres, pois a “mercadorização” dos primeiros se deu num processo de “desmercadorização” das segundas. Ou seja, a vida laboral das mulheres é marcada pela necessidade de conciliação entre família e trabalho, optando geralmente por empregos precários com tempo parcial, ou ainda por discontinuidades para suprir as necessidades do trabalho reprodutivo e de cuidados da família, o que impactará diretamente a suas vidas após reforma/aposentadoria, alimentando o ciclo vicioso das desigualdades de gênero para o resto de suas vidas.

IMPACTOS NO MOVIMENTO SINDICAL

A entrada e saída das mulheres no mercado de trabalho variou conforme o período histórico e a os interesses do capital em formar um mercado de reserva e assim controlar melhor os preços dos salários tanto masculino como feminino. Neste ponto Saffiotti (2013) considera que a emancipação das mulheres não passa por uma guerra entre os sexos e sim pela unidade de homens e mulheres na luta contra a exploração.

Nesse caso, o sindicato cumpre um papel central contra as desigualdades e pela unidade da classe trabalhadora, ou melhor, deveria cumprir. Ao contrário disso, para Virginia Ferreira e Saffiotti, os sindicatos contribuíram com a exclusão das mulheres e uma parcela dos sindicatos achavam que era a mulher que gerava desemprego era incapaz de compreender a totalidade, não viam os verdadeiros fundamentos da sociedade de classes e da

progressiva expulsão do fator mão de obra de seu sistema de bens e serviços. (Saffioti, 2013; Ferreira, 2002).

É nesse sentido que Ferreira (2002) faz a crítica ao movimento sindical que se omitiu ou até patrocinou formas de exclusão das mulheres no mercado de trabalho de forma equivocada, segundo a autora, limitando o direito de sindicalização de mulheres ou se omitindo diante das restrições de contratação em certos setores da economia. Pois existia um sentimento de que a mulher competia com o homem ou que ela tomava o seu posto de trabalho por se submeter aos menores salários, o que não deixa de ser verdade em certa medida, porém não era expulsando a mulher que os homens iriam melhorar sua situação. Quem se apropriava dessa diferença entre homens e mulheres era o capital, portanto os sindicatos deviam lutar pela equiparação de salários para, inclusive, resguardar o emprego dos homens. (Ferreira, 2002)

Para reafirmar essa presença desigual e de certa medida responder ao movimento sindical a acusação de que a mulher dividia a classe trabalhadora, Elisabeth Souza Lobo (2011) escreve “A classe operária tem dois sexos”, ou seja, gostemos ou não dessa inserção o capitalismo sempre foi “democrático” por esse aspecto, inclui (e exclui) para explorar ainda mais a mão de obra de homens e mulheres.

A ideia de unidade, nó conceito de “unidade da classe operária”, confunde-se com a ideia de identidade, que exclui a noção de diferença. É por isso que a constatação da discriminação-diferença parece ameaçar a unidade da classe operária, daí a necessidade de integração das lutas. (Souza-Lobo, 2011:45).

Ferreira cita o estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os motivos dados pelos dirigentes sindicais sobre a baixa participação das mulheres nos sindicatos, e constata que as explicações dadas pelos dirigentes, consistia em atribuir às mulheres a culpa. Por ordem de frequência das respostas, primeiro os dirigentes alegavam desinteresse das próprias mulheres; segundo, pelo medo de represália que elas teriam; terceiro, pela falta de tempo devido a dupla jornada; e somente por último, pela cultura masculina dos sindicatos. A autora destaca a necessidade das direções em reverem suas culturas e comportamentos, para atrair mais mulheres para a organização. Pois apesar de um certo pessimismo de Ferreira, ao comparar os sindicatos com a figura de Salieri na peça Amadeus, a autora reconhece nos sindicatos o elo mais organizado e capaz de alterar essa situação. Que os sindicatos devem abandonar a postura de Salieri com relação às mulheres, e incorporar as demandas que devido ao apelo de organizações nacionais e internacionais, começam a apontar nas pautas, de uma forma ou outra.

Para Ferreira, assim como para Paola Cappellin (1994), é preciso “ampliar a significação social das entidades sindicais”, pois as entidades como já vimos, não estão preparadas ou são hostis à participação das mulheres em suas instâncias.³

Para Cappellin, os sindicatos reforçam símbolos que condicionam as mulheres aos papéis de esposa e mãe, tem dificuldade em reconhecer a “mulher trabalhadora” como sujeito político, e por isso, a autora coloca em dúvida a vontade dos sindicatos em buscar a universalização da igualdade.

Apesar de toda hostilidade de um ambiente altamente masculinizado, as mulheres impulsionadas pelos movimentos sociais do final da década de 60, e das décadas de 70 e 80, influenciadas pela segunda onda do feminismo, pela comemoração do Ano Internacional da Mulher em 1975, com as campanhas internacionais da OIT entre outros movimentos (Ferreira, 2012; Souza-Lobo, 2011; Cappellin, 1994); passam a participarem mais ativamente dos sindicatos, mesmo que em menor número. Para Cappellin, além de levarem suas pautas de combate à discriminação no mercado de trabalho, essas mulheres passam a reivindicar maior parti-

3 Mesmo com uma ampla literatura tratando da crise do sindicalismo, da baixa taxa de sindicalização e da falta de interlocução das entidades com os movimentos sociais, paralelamente ao aumento da participação de mulheres nos setores de serviços; os sindicatos resistem em implantar políticas de ações afirmativas, como por exemplo as cotas de gênero, em suas instâncias para aumentar a participação de mulheres, ou de jovens para “oxigenar” as direções. Conforme podemos verificar na análise dos autores Estanque, Costa e Silva sobre o “Futuro do sindicalismo na representação sociopolítica”.

cipação nos espaços sindicais.

No interior das organizações sindicais as trabalhadoras introduzem uma dupla angulação. Assumem relevância, por um lado, o cotidiano do trabalho, a desvalorização do salário, a segregação ocupacional, a ausência de infraestrutura de assistência à trabalhadora gestante, e por outro lado são detectados os estrangulamentos internos à participação sindical. (Cappellin, 1994: 278).

A questão colocada por Cappellin, sobre a real vontade dos sindicatos em alterarem essa realidade, também é colocada por Souza-Lobo, quando do estudo das reivindicações das operárias da região do ABC, no Brasil, ela detecta a hierarquização das reivindicações, onde as questões das mulheres são tratadas como menores, menos importante. Que as mulheres eram importantes para a luta geral da categoria, porém, o contrário não se verificava, os homens não se envolviam com as demandas das mulheres. A pauta das mulheres vem se repetindo ano, após ano, muito pouco evoluiu desde as primeiras reivindicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse ensaio se propôs a analisar a situação da mulher na sociedade de classes a partir da perspectiva marxista de Heleith Saffioti. Importante teórica dos estudos das relações de gênero e trabalho no Brasil, Saffioti nos mostra de forma didática e envolvente os mecanismos de exploração da força de trabalho feminina na sociedade capitalista. Saffioti, via na unidade de homens e mulheres a possibilidade de superação das desigualdades e uma real união da classe trabalhadora.

Desde os primeiros estudos sobre classes sociais, as feministas pontuam a necessidade de enxergar para além das questões objetivas de formação e exploração da força de trabalho feminina, como por exemplo, as relações de poder ditadas através do patriarcado. Os estudos das relações de gênero, contribuíram para desconstruir papéis naturalizados ao longo da história, os quais estabelecem valores e hierarquias que vão determinar o lugar de homens e mulheres na sociedade.

A invisibilidade da mulher na sociedade de classes permite a manutenção das desigualdades em todos os espaços de relações sociais. A começar pelo próprio ambiente familiar, onde o trabalho não pago é quase que exclusivo das mulheres e serve de subsídio para o capital explorar a força de trabalho de todos, homens e mulheres. As desigualdades no trabalho, devido as desvantagens históricas em relação ao homem, não só em termos de salários, mas também de oportunidades e condições. E no movimento sindical, onde supostamente se esperava ser melhor acolhida, as mulheres ainda enfrentam a discriminação e o isolamento.

Em que pese todas as adversidades as mulheres sempre se organizaram e lutaram por melhores condições, mesmo que silenciadas e invisíveis por parte das instituições como os sindicatos, universidades e Estado. Elas constituem hoje uma força e uma voz bastante ativa dos movimentos sociais e de esquerda em diversas partes do mundo, sem abrir mão da condição de mulher trabalhadora e de ser reconhecida como tal.

Por fim, esse trabalho também aponta para novos desafios para o movimento sindical. E, na mesma linha de argumentação de Estanque, Costa e Silva (2015), ao discutirem as possíveis saídas para a crise do sindicalismo, propõe um maior investimento por parte das lideranças sindicais, na ampliação da representação de mulheres e jovens nos sindicatos.

Conforme citei na introdução desse ensaio, com base nas experiências e leituras que fiz, as mulheres bem ou mal estão presentes nas organizações sindicais e convivem com as “dores e as delícias” das disputas políticas internas. Acusadas ou não de dividir a classe trabalhadora, o presente ensaio nos mostra que nem homens, muito menos mulheres, ganham com as desigualdades de gênero. Sabemos também, que as mudanças necessárias para se alcançar a equidade passa pela mudança de valores e comportamento de toda

sociedade, em especial, da posição de privilégio que os homens se encontram, em função de uma cultura patriarcal. Portanto, refletir sobre o lugar da mulher na sociedade de classe, não é uma tarefa fácil, pois não se restringe somente na relação capital e trabalho, como também no ambiente familiar, nos sindicatos e na construção de novos paradigmas.

BIBLIOGRAFIA

- Casaca, S. F. & Bould, S. (2012). Gênero, idade e mercado de trabalho. In S. F. Casaca (org.), *Mudanças Laborais e Relações de Gênero* (pp. 87-132). Coimbra: Almedina.
- Crompton, R., & Mann, M. (1994). *Gender and stratification*. Cambridge: The Polity Press.
- Estanque, E., & Costa, H. A., & Silva, M. C. (2015). O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica. In: FREIRE, André. *O futuro da representação política democrática*. Lisboa, Vega, p. 119-142.
- Estanque, E., & Mendes, J. M. (1998). *Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo*. Porto, Edições Afrontamento (Saber Imaginar o Social; 11). undefined. ISBN 972360440X.
- Ferreira, V. (2002). O efeito Salieri : o sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, Coimbra, pp. 121-148. Recuperado de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/62/RCCS-62-120-148-Virginia%20Ferreira.pdf>.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1994). A Classe Operária Tem Dois Sexos. In: *Revista Estudos Feministas*. Vol.2 N.3, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.
- Jardim Pinto, C. R. (2014). O feminismo bem-comportado de Heleith Saffioti (presença do marxismo). *Revista Estudos Feministas*, vol. 22, número 1, pp. 321-333. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100017>
- Kovács, I., & Lopes, M. C. (2012). A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade. In: Casaca, S. F.(coord.) *Mudanças Laborais e Relações de Gênero. Novos Vetores de Desigualdade*. Lisboa, Fundação Económicas e Editora Almedina, pp. 51-86. Autor (2022).
- Saffioti, H. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. 3 ed. São Paulo, Editora: Expressão Popular.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. pp. 71-99. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Souza-Lobo, E. (2011). *A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed., São Paulo: Edit. Fundação Perseu Abramo, 304p.
- Therborn, G. (2012). *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo Editorial, 152p.
- Wright, E. O. (1994). Análise de classes, história e emancipação. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, Nº 40, p. 3-35.